

# Mário Garnero alerta para o risco de o País entrar em “default”

por José Casado  
de São Paulo

Existe um risco real, concreto, de, no próximo dia 31 de dezembro, os grandes bancos norte-americanos fecharem seus balanços de 1983, lançando — como determina a legislação setorial — os juros e o principal da dívida externa do Brasil na conta de créditos em liquidação, por absoluta inadimplência do devedor. Se isso acontecer, “e a possibilidade é latente”, os credores estrangeiros, por força de Lei, estão declarando automaticamente o “default” do Brasil — prevê o empresário Mário Garnero, presidente do Brasilinvest.

## ACORDO

Garnero entende que o governo e o poder Legislativo têm que chegar a um acordo, rapidamente, em torno de um programa econômico de ajustamento.” sem o qual o País não receberá um tostão das agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), não poderá saldar os débitos já acumulados com os grandes bancos, neste ano, e, finalmente, terá sua inadimplência oficializada nos balanços das instituições financeiras internacionais” — diz ele.

O calendário gregoriano tornou-se, na avaliação de Garnero, um fator de extrema importância nessa etapa de equacionamento

da dívida brasileira, no curto prazo: “Temos exatamente um mês e meio para chegarmos a um acordo interno, não pela vontade dos credores, mas porque eles têm uma lei a cumprir nos seus países e nisso eles não podem abrir mão. Agora, se ao invés do consenso, ficarmos parados, vamos ao “default” o que é uma coisa séria, perigosa, e representa uma incógnita sobre o futuro da democracia no Brasil. Se houver um confronto entre o Legislativo e o Executivo, então, não vai sobrar ninguém”.

Nas propostas econômicas em discussão entre o governo e o Legislativo, Garnero acha que a atenção geral está voltada para a política salarial e isso constitui um erro: “É um conjunto de medidas, estão esquecendo que o que o governo ceder nos salários estará tomado de volta, com adicionais, através de impostos. O Decreto-lei 2.064, por exemplo, além de reduzir os salários impõe uma carga tributária adicional bastante excessiva que tem que ser discutida amplamente”.